



AS MULHERES NEGRAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO CARNAVAL EM
FLORIANÓPOLIS: TRAJETÓRIAS E EPISTEMOLOGIAS PLURAIS

BLACK WOMEN IN THE WRITING OF THE HISTORY OF CARNIVAL IN
FLORIANÓPOLIS: TRAJECTORIES AND PLURAL EPISTEMOLOGIES

Carol Lima de Carvalho

Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC)

carolimac18@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos da trajetória de vida de sete mulheres negras em Florianópolis. Diante de uma historiografia que invisibiliza as histórias e memórias afro-diaspóricas, importa evidenciar epistemologias e narrativas plurais sobre e feitas por população negra no sul do Brasil, reconhecendo as dinâmicas políticas, culturais, sociais e econômicas de mulheres negras. As mulheres citadas neste trabalho apontam a relevância daquelas que as antecederam, que lutaram por equidade de direitos e possibilitaram organizar dinâmicas de resistências. O objetivo é apresentar reflexões sobre suas trajetórias atravessadas pelo racismo, machismo e sexismo. Apesar disso, elas resistiram, principalmente ocupando e construindo universos culturais negros, como o carnaval. Por isso, o artigo apresenta a importância de reconhecer esses protagonismos na construção da cidade, bem como suas epistemologias plurais no sul do Brasil.

Palavras-chave: mulheres negras; decolonialidade; universos culturais; epistemologias plurais.

ABSTRACT

This article presents aspects of the life trajectory of seven black women in Florianópolis. Faced with a historiography that makes Afro-Diasporic histories and memories invisible, it is important to highlight epistemologies and plural narratives about and made by black people in southern Brazil, recognizing the political, cultural, social and economic dynamics of black women. The women mentioned in this work point out the relevance of those who preceded them, who fought for equal rights and made it possible to organize resistance dynamics. The goal is to present reflections on their trajectories crossed by racism, sexism and sexism. Despite this, they resisted, mainly occupying and building black cultural universes, such as carnival. Therefore, the article presents the importance of recognizing these protagonisms in the construction of the city, as well as its plural epistemologies in southern Brazil.

Keywords: black women; decoloniality; cultural universes; plural epistemologies.

1. Considerações iniciais

Muito se tem discutido sobre a necessidade de alteração de um cenário hegemônico da sociedade brasileira, a qual invisibiliza a presença e protagonismo das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas nos processos históricos. Nos últimos anos alguns, estudos foram dedicados às histórias da população negra, pensando corpo, movimentos e universos culturais, assim como o reconhecimento das reverberações de conjunturas históricas do passado nas experiências de vida da atualidade (MIRANDA, 2015). Este artigo caminha para esta perspectiva, pois ainda percebemos algumas invisibilizações sobre a discussão de raça e gênero em universos culturais. Por este motivo, pretendo expor algumas reflexões sobre a trajetória de mulheres negras e a importância de considerarmos suas presenças na construção da cidade de Florianópolis numa conjuntura entre 1950 a 1980.

O artigo tem este recorte de conjuntura histórica, pois esse momento está atrelado ao fato de que as protagonistas estavam atuando mais ativamente na cidade. Após entrevistas e análise dos acervos familiares e institucionais, pontuo alguns eventos históricos que cruzaram suas trajetórias de vida, como por exemplo, o governo Getúlio Vargas (1951-1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956 e 1960). Além do intenso processo de industrialização, a Ditadura Militar (1964-1985) e a ascensão dos movimentos feministas, assim como movimentos de mulheres negras. A conjuntura espacial são os bairros que compõem a cidade de Florianópolis, a Freguesia do Ribeirão da Ilha, Estreito, Balneário do Estreito e Morro da Caixa d'água. A escolha por estes locais está também imbricada ao espaço circulado pelas protagonistas desta pesquisa.

Importa destacar que ao analisar estas conjunturas, é preciso considerar alguns aspectos importantes nas trajetórias de vida destas mulheres, como por exemplo, uma articulação com a metodologia de interseccionalidade, pois seus percursos são atravessados pelo racismo, sexismo, machismo, classicismo. Portanto, segundo Djamilia Ribeiro (2017, p. 3): “[...] a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimento de outras.” Além disso, Kimberlé Crenshaw (2002) ao propor uma discussão sobre a perspectiva interseccional destaca que o “racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora Gabriela Kyrillos (2020), ao realizar uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade, aponta para os cuidados de não esvaziamento do conceito, em relação a isso, Kyrillos (2020) destaca que o “[...] apagamento se torna especialmente grava quando se observa que a origem da interseccionalidade está relacionada com as luta sociais e as elaborações teóricas de mulheres negras.” (KYRILLOS, 2020, p. 2). Além disso, a autora complementa que “[...] a ideia basilar da interseccionalidade é uma preocupação que já existia dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do surgimento do termo e a apropriação no meio acadêmico.” (KYRILLOS, 2020, p. 2). Isto é antes da academia passar a reconhecer o conceito, as dinâmicas dos movimentos de mulheres negras e movimentos feministas negros tinham como dinâmica uma perspectiva interseccional.

Cabe ressaltar também que a autora Carla Akotirene (2019) também traz reflexões sobre interseccionalidade, pois para as mulheres negras e feministas negras ele é muito mais que um conceito, é uma teoria e uma ferramenta de luta política que emerge das ações cotidianas. Através das experiências de enfrentamentos e desafios políticos das mulheres negras é que se constitui os pensamentos feministas. Akotirene (2019) destaca, portanto, que a interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a estrutura do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Neste sentido, as trajetórias de vida de mulheres negras, sejam elas articuladas em movimentos sociais ou não, devem ser reconhecidas a partir da interseccionalidade, principalmente por compreendê-las com sujeitos plurais.

Ademais, é preciso considerar as reflexões sobre a decolonialidade de corpos, saberes e seres, isso demanda questionar cenários hegemônicos tidos como verdades universais. Segundo Karla Rascke (2016, p. 427), deve-se “[...] indagar as formas de construção do conhecimento e lançar conhecimentos na contramão das configurações hegemônicas e dominantes de produção cultural, social e científica.” Neste caminhar, é fundamental considerar também que as protagonistas possuem memórias afro-diaspóricas ancoradas em corpos negros e que produzem conhecimento, de acordo com as ideias de Pereira *et. al* (2020, p. 125), “[...] o olhar sobre a corporeidade negra ajuda a encontrar outros elementos para uma maior compreensão da identidade negra e das novas dimensões políticas e epistemológicas a respeito das questões raciais”.

Diante da importância em reconhecer a corporeidade negra e aquilo que pode reverberar na construção de epistemologias plurais, também é fundamental pensar nas concepções de

Hampaté Bâ (1982) sobre a transmissão de culturas sob regimes de oralidade, uma vez que o corpo está diretamente relacionado. Tais culturas vinculam-se a aspectos da tradição oral, entendida como costumes, saberes e narrativas que passam de geração em geração por séculos (HAMPATÉ BÂ, 1982, p. 167). Além disso:

Esta forma envolve uma visão particular do mundo, ou melhor, uma presença particular no mundo. Desta forma, no seio das famílias, a tradição oral conta com a participação dos mais velhos, que ministram ensinamentos ligados às circunstâncias da vida (experiências vividas), mas também por meio de histórias, fábulas, lendas, em que evocam os grandes feitos dos seus ancestrais. (DAMASCENO, 2019, p. 2).

Atrelada a esta concepção de tradição oral está a oralidade, é a maneira em que as populações africanas e afro diaspóricas produziram, ainda produzem, conhecimentos, “de geração em geração a oralidade vem perpetuando as experiências e conhecimentos dos povos africanos que dessa forma construiu e propagou sua cultura” (ALVES; BASTOS FILHO, 2017, p. 55). É preciso pontuar que estas culturas não são estáticas, elas se ressignificam e são plurais. Portanto, o conhecimento que é transmitido de geração para geração, orientado por uma tradição oral e oralidade, possibilita a identificação das produções de narrativas plurais sobre e pelas populações africanas e afro diaspóricas. Logo, este artigo caminha para evidenciar tais narrativas, as mulheres negras desta pesquisa também possuem reverberações desta forma de sentir, ver e pensar o mundo através da oralidade e também da ancestralidade.

A ancestralidade é compreendida a partir de um tempo relacional, ou seja, um tempo da natureza, não é linear e nem circular, significa que está diretamente relacionada ao fato de aprenderem com aquelas que as antecederam. Desse modo, neste contexto, é importante evidenciar a ancestralidade como aspecto fundamental no “processo de formação identitária e de libertação, especialmente das pessoas inseridas nos contextos sociais desprivilegiados, pois implica em conhecer e reconhecer-se na construção de sua história e missão de vida”. (ABIB; MACHADO, 2011, p. 6).

E na medida em que compreender os percursos das mulheres negras que lutaram por direitos, cidadania, educação e melhores condições de vida em séculos anteriores, faz com que elas pudessem dar continuidade a estas dinâmicas de (re)existências. Desse modo, se mobilizaram na perspectiva de combater o racismo, machismo e todas as formas de opressões. A respeito disso, a luta antirracista sempre esteve presente em suas trajetórias, o destaque é para constituição da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB), uma das organizações mobilizadas

pelas protagonistas dessa pesquisa. Na década de 1980, elas se organizaram como grupo intitulado Mulheres Negras Nós, já na década de 1990 o grupo passou a se reconhecer como Grupo de Mulheres Negras Cor de Nação, e Grupo de Mulheres Negras Antonieta de Barros, e em 2001, fundaram a Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros- AMAB. Todo esse percurso é baseado na intenção de lutar contra o racismo, contra as violências, pela equidade e bem viver.

O presente artigo são reflexões pautadas nas trajetórias de vida de sete mulheres negras, as quais protagonizaram transformações importantes em âmbito da educação, saúde, cultura na cidade, elas são as fundadoras da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB): Neli Góes Ribeiro, nasceu na cidade de Florianópolis no ano de 1948, formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Possui mestrado em Educação também pela UFSC. Trabalhou no Município de Florianópolis, como Professora, e depois passou em concurso público para trabalhar no Estado de Santa Catarina. Na Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC proporcionou mudanças significativas, como a construção de um Núcleo de estudos direcionado ao combate ao racismo dentro e fora da Universidade, tornando professora universitária também possibilitou uma articulação com a academia, reivindicando um conhecimento que valorizasse as populações africanas e afro brasileiras.

Professora Altair Alves Lucio, nasceu na cidade de Tubarão no ano de 1944, é formada em Magistério, exercendo na Profissão por muitos anos. Ao finalizar o magistério iniciou o curso superior em licenciatura em Pedagogia na Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, atualmente reconhecida como UNISUL. Possui especialização em Orientação Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo, trabalhou como Professora em Tubarão, na Prefeitura Municipal de Florianópolis, também foi uma das fundadoras do NEAB/UDESC.

Professora Valdeonira Silva dos Anjos, nasceu em 1935, no Morro da Caixa d'água, na cidade de Florianópolis. Formada em magistério, ingressou no curso normal, se formou e continuou ministrando aulas, atuando como professora alfabetizadora. Fez o curso de História e o maior objetivo era eminentemente estudar sobre o negro, sempre quis fazer trabalho sobre o negro. Atualmente fazendo parte de grupo de mulheres e da velha guarda da escola de samba Dascuia.

Professora Maria de Lourdes da Costa Gonzaga, mais conhecida como dona Uda, nascida em 1938, também no Morro da Caixa d'água, lugar onde nasceu, cresceu e vive até hoje. Foi

professora, normalista e catequista, atualmente faz parte do grupo de mulheres e da velha guarda de escola samba, Embaixada Copa Lord.

E as mulheres de minha família, minha bisavó, Gesuína Adelaide dos Santos, mais conhecida como dona Geninha, nascida no ano de 1920, no bairro da Freguesia do Ribeirão da Ilha, na cidade de Florianópolis. Ela fundou e presidiu durante dezoito anos uma escola de samba chamada Império do Samba (1971 a 1989), esse processo era intenso, até que a escola se confundia muito com a sua vida, o nome era Império do samba, mas era conhecida como “escola da dona Geninha”. O último desfile foi em 1989 e a Dona Geninha faleceu aos oitenta e cinco anos, em 2005, deixando um legado aos seus filhos, netos e bisnetos.

Minha avó materna, dona Ada Jesuína dos Santos, nascida em 1940, na costeira do Ribeirão da Ilha, inicia, dentro do que lhe era possível, trabalhou na Universidade. Ela fez um concurso para agente administrativa, ela ficava na portaria, abria as salas, fazia o café, entregava materiais para professores. Começou a trabalhar no Departamento de Matemática, depois foi pro Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH. E por fim, minha avó paterna, dona Zenair Maria de Carvalho, minha avó Zena. Nascida em 1935, na cidade de Florianópolis, foi professora normalista e alfabetizadora, falecendo aos sessenta e três anos.

Sendo assim, a ideia do artigo portanto é trazer questões que atravessam as experiências destas mulheres, como por exemplo, o racismo estrutural que resulta na constituição de um cenário hegemônico da escrita da história da cidade de Florianópolis, e ainda que exista essa estrutura que as invisibilizam elas resistiram e resistem. Nesse sentido, suas presenças no percurso da construção de universo cultural do carnaval são entendidas como uma resistência. O artigo apresenta também as conjunturas pensadas a partir da interseccionalidade, processos de constituições de identidades, decolonialidade de corpos, tradição oral, oralidades, ancestralidade e luta antirracista. Todas estas questões fundamentais para campo de estudos pós-coloniais e decoloniais.

2. Um cenário hegemônico na escrita da história de Florianópolis

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50).

Os escritos acima são referentes ao livro *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano, de Grada Kilomba (2019), a escolha deste trecho está atrelada à proposta deste tópico do artigo. Ao iniciar uma busca em sites sobre os aspectos culturais de Santa Catarina, nas divisões por áreas, assim como a presença da mulher negra, eu percebi um cenário de invisibilidade, pude rememorar minha trajetória escolar e compreender a ausência das histórias das populações negras nas aulas. Lembro-me de os conteúdos estarem relacionados à cultura açoriana, esta construída apenas por pessoas brancas, com o intuito de demarcar o que seria a história da cultura da cidade. Nestes anos escolares, minha mãe que acompanhava todo o processo, insistia com a direção, coordenação e professoras/es da escola para a inclusão de conteúdos que me contemplassem, que eu pudesse vislumbrar marcos históricos protagonizados por pessoas negras sobre os reinos africanos e a potência da ancestralidade.

Após as lembranças dos anos escolares, busquei também as lembranças das conversas com minha bisavó e minha avó sobre alguns aspectos da cidade, como as escolas de samba, o carnaval, as festas do Divino Espírito Santo, festas de Cosme e Damião, as produções de rendas de bilro, as emergências dos movimentos sociais, os bailes, as praças, entre outros espaços aos quais elas frequentavam e construíram na cidade. A partir disso, uma lacuna se construiu em meus pensamentos: se minhas avós estavam nestes espaços o tempo inteiro, por qual motivo eu não aprendi na escola sobre a presença das mulheres? Por que elas não estão na escrita da história da cidade de Florianópolis?

Ao longo dos anos, as ideias foram conceitualmente formuladas, a invisibilização percebida no ambiente escolar está atrelada à concepção de racismo estrutural. O autor Silvio Almeida (2019), em seu livro *Racismo Estrutural*, tem como tese central que o racismo sempre é estrutural, isto é, “[...] de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, p. 20). Sua emergência está diretamente relacionada à ideia de concepção de raça. Achille Mbembe (2014) destaca esses momentos, evidenciando que a raça não existe num sentido biológico, antropológico ou genético, mas que no histórico social, a partir do início da escravidão, momento de tráfico negreiro, africanos e africanas aparecem na condição de “mercadoria” em que por uma questão de aparência, cor e pele, desempenha um papel de objeto. Portanto, a concepção de raça histórico-social, pautada numa dicotomia entre superioridade e inferioridade pela cor da pele, é a base da sociedade brasileira, é o racismo estrutural.

Desse modo, Silvio Almeida (2019) expõe o que significa esse racismo: uma forma “[...] sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2019, p. 32). O autor alerta para os cuidados da não reprodução do racismo, principalmente em instituições, pois frente aos conflitos raciais e sexuais é preciso posicionamentos e combates:

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. (ALMEIDA, 2019, p. 48).

Muitas vezes, esses posicionamentos não acontecem, em especial pelo fato de o racismo ser uma decorrência da “[...] própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.” (ALMEIDA, 2019, p. 50). O racismo é muito mais que uma ação humana, uma patologia social, ele é estrutural. Por ser estrutural, ele é perceptível em diferentes instâncias, inclusive nas instituições.

Por esse motivo, observei as ausências nos meus anos escolares, inclusive, o que ocorreu e ainda ocorre: um racismo epistêmico, ou como aponta Sueli Carneiro (2014) um epistemicídio. Carneiro (2014), procurou “[...] demonstrar a existência no Brasil de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder”.

Nesse sentido, ao inviabilizar as histórias e memórias das mulheres negras em Florianópolis, impediu que crianças brancas e negras, inclusive eu, aprendessem sobre outras formas de produzir conhecimento, principalmente aquele vinculado à tradição oral, oralidade e ancestralidade. Segundo Carneiro (2014), “[...] nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual”. Além disso, a autora complementa que:

A negação aos negros da *condição de sujeitos de conhecimento*, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das participações do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar são os processos denominamos *epistemicídio*. (CARNEIRO, 2014, grifos meus).

Desse modo, os questionamentos que me fiz por muito tempo possibilitaram que eu percorresse um caminho para compreender toda essa dinâmica, em espacial, por afetar diretamente minha autoestima enquanto mulher e negra. Atualmente, identifiquei que isso foi resultado dos impactos do racismo estrutural, do processo de epistemicídio na escola, em que as práticas de invisibilização, inferiorização e imposições de embranquecimento cultural eram presentes.

2.1 Universo cultural do Carnaval e as mulheres negras: ausências e impactos do racismo estrutural

Ao trazer experiências no âmbito escolar atreladas ao racismo estrutural e ao epistemicídio, vale destacar a construção da escrita sobre o carnaval no Brasil e em Florianópolis, pois também há uma invisibilidade das mulheres negras nesse processo. O carnaval composto por escolas de samba no Brasil é constituído por elementos de empenho, dedicação e responsabilidade. Muitas agremiações significam parte das identidades, das famílias, das memórias, do passado, presente e futuro das comunidades. O processo desenvolvido contribui para a construção das memórias, dos saberes e fazeres. Importa destacar que este processo pode ser construído por narrativas históricas que, neste artigo, são consideradas, segundo Moscateli (2000), como manifestações de significados dos autores sociais, sejam aspectos individuais ou coletivos, que fazem parte da história que viveram.

Os primeiros estudos sobre o carnaval são datados por volta das décadas de 1950 e 1960. No entanto, o tema é recente nos debates atuais, principalmente na medida em que os enredos e sambas-enredos são articulados com as conjunturas históricas emergentes na sociedade brasileira. O autor José Luiz de Oliveira (2012), por exemplo, aponta sobre as relações entre história, política e cultura na trajetória das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro.

Neste viés, as escolas de samba possibilitam análises articuladas com múltiplas áreas do conhecimento. Cavalcanti e Gonçalves (2009), ao organizar uma coletânea de artigos sobre o carnaval, tiveram como ideia o entrelaçamento da história, literatura, geografia, belas artes e política para identificar o desenrolar das relações sociais de produção da festa carnavalesca. No texto, afirmam que as escolas de samba são “[...] um exemplo significativo na medida em que se

constitui numa manifestação cultural de raízes profundas, coletivas e espalhadas por todo o país” (CAVALCANTI; GONÇAVES, 2009, p. 290).

Importa destacar, também, que “[...] existe uma diversidade de pessoas que compõe a festividade, em busca de vivências que só aquele momento pode oferecer.” (SOUSA; SANTOS; LIMA, 2017, p. 3). Os autores Wallace Sousa, Ana B. Santos e Terezinha Lima (2017) tecem sobre narrativas de velhos e velhas participantes do carnaval em São Luís do Maranhão, identificando as relações entre as trajetórias de vidas destes atores e o processo de constituição dos blocos de rua.

A autora Cristiane Tramonte (2003), ao relatar sobre as particularidades do carnaval de Florianópolis, apontou para as dificuldades das populações negras se organizarem, pois enfrentaram uma situação de racismo, tornando difícil a mobilidade social. Por outro lado, tratando-se de carnaval, esta mesma população construiu ranchos, cordões, blocos. E assim, com essa forte movimentação, emergiram as escolas de samba na década de 1940, “[...] que se configuraram como um dos principais instrumentos de inserção social das camadas populares de origem negra em Florianópolis.” (TRAMONTE, 2003, p. 86).

Desse modo, ao escrever sobre as escolas de samba, Tramonte (2003) possibilita identificar alguns aspectos, entre eles o fato de que a população negra que sofria – e ainda sofre – racismo estrutural é a percussora de práticas carnavalescas. Sendo assim, é importante afirmar que suas performances são muito além de belo “[...] espetáculo plástico-musical, mas que representam a trajetória de luta de resistência do povo brasileiro.” (TRAMONTE, 2003, p. 1). Portanto, neste artigo, é fundamental compreender o carnaval a partir da concepção de Tramonte (2003): significa apontar essa manifestação como resistência, mas também permeada por intersecções de gênero/raça e pelo debate entre tradição oral e história oral.

Os escritos da história do carnaval apresentados até o momento não viabilizaram uma discussão exclusivamente sobre mulheres negras. No entanto, as relações de gênero e raça no carnaval devem ser apontadas, pois é a partir disso também que compreendemos as conjunturas históricas e as trajetórias vivenciadas pelas mulheres negras no carnaval. Além disso, são histórias permeadas pelo período de escravização, colonização, farsa da democracia racial e o pós-abolição. Momentos históricos que resultaram em estereótipos, preconceitos e racismo estrutural em torno da população negra em todo o Brasil.

A autora Julia Pinheiro (2017), ao escrever sobre as expressões culturais no carnaval da cidade do Rio de Janeiro, propôs um diálogo com as produções a respeito das manifestações culturais e políticas no carnaval carioca. Na medida em que trata de mulheres negras, aponta que sua experiência na “[...] sociedade está atrelada aos estigmas incorporados do período escravagista no Brasil.” (PINHEIRO, 2017, p. 34). E complementa sobre a “[...] exposição do corpo e à sexualidade, remetendo à figura da escrava que deveria disponibilizar o seu corpo para a satisfação dos senhores.” (PINHEIRO, 2017, p. 41).

Desse modo, a intenção de inserir mulheres negras em espaços de hipersexualização é visível na representação da “Globeleza” em programas de televisão e, ainda, ao colocar esta figura como símbolo do carnaval brasileiro. Segundo Rosalia Lemos (2016), em seu estudo sobre feministas negras que utilizaram do desfile de uma escola de samba do Rio de Janeiro para divulgar a Marcha das Mulheres Negras 2015, “[...] a profusão de imagens estereotipadas no Carnaval é um dos grandes problemas atuais.” (LEMOS, 2016, p. 100).

Outro dos problemas atuais é que a visibilidade para mulheres negras parece acontecer em alguns momentos, mas não abrem efetivamente portas, pois o corpo seminu é limitado ao espetáculo. Na medida que este corpo é minimizado, a hipersexualização desconsidera aspectos que envolvem a tradição oral, as narrativas e memórias de mulheres negras dentro das escolas de samba.

Além disso, quando se trata do universo do sul do Brasil, faço ainda mais reflexões. Eu sou uma mulher, negra, nascida em Florianópolis e bisneta de uma mulher negra que fundou e presidiu uma escola de samba durante dezoito anos na cidade. No entanto, ao pesquisar sobre a sua presença na historiografia local, nada encontrei. Contudo, sei que existe, sim, muita presença e protagonismo de mulheres negras, não só de minha bisavó, mas também das outras mulheres que eu resgato neste trabalho.

O diálogo com os escritos de Maria Lugones (2014) sobre colonialidade de gênero permite identificar a necessidade de uma desobediência epistemológica, bem como o motivo da invisibilização das mulheres negras na escrita da história. A autora faz um exercício de pensar as experiências de mulheres e propõe um projeto de feminismo decolonial, isto é, um movimento que não atribui conceitos coloniais, além disso apresenta outra relação com sujeitas da pesquisa, pois é preciso considerar o sentir/pensar no mundo a partir das mulheres, é necessário romper com a colonialidade de gênero.

3 Construção de epistemologias plurais: as mulheres negras presentes no carnaval em Florianópolis

Entre as discussões explicitadas até aqui, são perceptíveis as invisibilidades na escrita da história, principalmente em relação às mulheres negras. No entanto, a ideia é enfatizar que, apesar disso, elas resistem através da presença e do protagonismo no carnaval e nas escolas de samba em Florianópolis. Este universo cultural possui entrelaçamentos das trajetórias de vida das protagonistas deste enredo, permeadas por dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, nas quais podemos reconhecer epistemologias plurais sobre e pela população negra catarinense. Por este motivo, é fundamental partir de outros pressupostos de tal modo que haja um reconhecimento da produção de conhecimento que possibilita pensarmos os modos de ser, estar, sentir e pensar o mundo.

Ao iniciar a exposição sobre as escolas de samba da cidade, é importante pontuar alguns aspectos da vida de dona Geninha, uma das protagonistas deste enredo. Ela é a mais velha das mulheres que dialogo. Ela é minha bisavó, matriarca da minha família. Dona Geninha tinha um sonho, almejava ser freira, porém, não tinha condições e oportunidades para tal. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, casou-se aos 20 anos, ficou viúva aos 22 e teve dois filhos: Ada, minha avó e Fidinho, meu tio avô.

Para o sustento de sua família, ela organizou uma dinâmica, vendendo rendas de bilro produzidas pelas mulheres negras da Freguesia do Ribeirão da Ilha pelo estado de Santa Catarina. Esta dinâmica possibilitava que todas sobrevivessem naquele período. Dona Geninha sempre gostou e esteve envolvida no carnaval, principalmente no Zé Pereira e nas escolas de samba. Começou participando da escola Filhos do Continente e, em 1971, resolveu fundar e presidir uma escola de samba chamada Império do Samba na cidade de Florianópolis.

Esta escola se confundia muito com sua vida, era conhecida como “escola da dona Geninha”. Seus enredos buscavam evidenciar conjunturas históricas de modo geral ou situações mais pontuais. Em 1980, com o enredo “A história dos antigos carnavais”, com o samba-enredo “Na onda do dim dim dim”, a escola foi campeã do carnaval de Florianópolis. A escolha por este samba-enredo está atrelada às lembranças que me remetem a dona Geninha, samba-enredo que embalou muitas vezes os cafés de domingo à tarde em família. Estávamos sempre na “onda do dim dim dim” (1980).

Após algumas análises, é possível perceber que o fato de a escola se confundir com a sua vida, ocorria pelo fato de que o carnaval era a movimentação que mais a empolgava, mais despertava alegria. Sônia Carvalho, sua neta, minha mãe, relata em entrevista sobre esse momento: “O foco dela, o que a empolgava mais, era o carnaval, eu arrisco dizer, era o momento onde ela se sentia mais realizada, até pra ver a escola na avenida, aquilo ali era uma emoção muito grande, era todo um esforço que ela fazia pra isso”. (CARVALHO, S. apud CARVALHO, C., 2018, p. 80).

Importa destacar que, por muitas vezes, esse sentimento estava transbordando em seu corpo, sem explicações e sem hora marcada. Nessa situação, há uma relação do corpo com o carnaval que pode estar vinculada às noções de “escritas performáticas”, isto é, a práticas culturais trazidas por populações africanas (IROBI, 2012, p. 277). Nesse sentido, é possível identificar aspectos destas práticas e experiências na vida de dona Geninha, pois através do corpo, da performance, da dança e da escola de samba, ela conseguia trazer a “[...] constituição de formas de manutenção, reatualização e ressignificação cultural de Áfricas nas Américas.” (AMARAL; RASCHE, 2014, p. 207).

A filha de dona Geninha, Ada Jesuína, minha avó, também era envolvida com o carnaval, sua expressão era através do Zé Pereira, o “joga n’água”: as famílias eram todas reunidas na freguesia, pulavam o carnaval até o fim da rua e voltavam. Tinham muitas folias de rua. Dona Ada também estava presente na organização dos desfiles da Império do Samba e foi por muitos anos a porta bandeira. Outra protagonista é a dona Uda na Embaixada Copa Lord, que casou com Armandino Gonzaga, presidente da escola durante 18 anos. Dona Uda nasceu em 1938 no Morro da Caixa na cidade de Florianópolis. Durante sua trajetória, foi professora de uma escola no morro e tem como luta a educação para todos e todas. Ela presidiu a escola durante dois anos, após o falecimento de seu marido. Atualmente, ela abre sua casa para organizar a ala das crianças e das baianas da Embaixada Copa Lord.

Ela me contou do bloco que formaram; segundo ela, “onde tem negro, tem carnaval, tem alegria, e tem tudo, e no carnaval não poderia faltar”. O bloco se chamava “Olha nós aí”: “eram só mulheres negras, lembro que a roupa era toda amarela com bolhas vermelhas e nós saímos no bloco lá na praça XV” (GONZAGA apud CARVALHO, 2018, p. 100). Durante as pesquisas, tive conversas informais com outra mulher negra presente no carnaval, a dona Valdeonira, que fez parte da escola de samba Protegidos da Princesa e atualmente coordena a ala da Velha Guarda

da escola Dascuia, agremiação que homenageia seu marido Altamiro José dos Anjos, conhecido como Seu Dascuia.

Há mulheres negras desta pesquisa que não participavam ativamente do carnaval; é o caso da dona Altair, Neli e Zenair. Elas não acompanhavam desde a infância, mas começaram a participar quando estavam mais velhas. A dona Neli, por exemplo, desfilou na Dascuia e na Embaixada Copa Lord. Dona Zenair participava das festas proporcionadas pelos clubes negros, principalmente porque meu avô era presidente e ela, primeira-dama. Meu pai informou em entrevista que tinha uma “ala feminina, geralmente tem o presidente e as esposas tinham ações com as moças” (CARVALHO, J. apud CARVALHO, C., 2018, p. 153). Essa era a participação delas. Isto é, de algum modo elas também construía conhecimento na história do carnaval da cidade.

Por fim, mais uma vez pontuo: é fundamental considerar essas presenças e esses protagonismos, inclusive para propor uma reflexão sobre a construção de identidades negras na diáspora. Segundo Antonacci (2009, p. 60), é seguro afirmar que existem “[...] possibilidades de rastrear interações de povos africanos no Brasil, que emergem a partir do *continuum* de combinações de matrizes de suas tradições, enredando-os em outras configurações, em contextos históricos específicos, onde renovaram suas perspectivas cosmológicas”. Desse modo, a autora reforça as ressignificações e renovações de identidades dos povos africanos nas diásporas, assim como amplia a noção das tradições de matrizes africanas, enfatizando uma posição de agentes de suas próprias histórias.

4. Considerações Finais: a importância de reconhecer as mulheres negras na escrita da história de Florianópolis

Os escritos apresentados têm o intuito de ser um indicativo para estudos referentes às mulheres negras catarinenses. Além disso, objetivam a ampliação dos pensamentos referentes aos universos culturais dos espaços culturais e sociais de mulheres negras em movimento, buscando uma perspectiva decolonial para discussões. Tratou-se de uma proposição de alteração do cenário hegemônico a respeito da história de Santa Catarina, viabilizando a presença da população negra, sobretudo das mulheres, cooperando assim para os aspectos da Lei Federal 10.639/03 em todos os âmbitos escolares.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade (EVARISTO, 2017, p. 25).

A citação é referente ao poema intitulado “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo (2017). A escolha por esse trecho está vinculada ao fato de ele proporcionar uma reflexão sobre os modos de ser, ver, sentir e pensar o mundo partir das mulheres negras desta pesquisa. Evaristo (2017, p. 25), ao enfatizar que “[...] na voz de minha filha / se fará ouvir a ressonância / o eco da vida-liberdade”, possibilita pensar os entrelaçamentos entre passado, presente e futuro, pois ao ponto em que o tempo é visto numa perspectiva relacional, a ancestralidade está presente e atuando diretamente nas trajetórias de vida. São os passos que vêm de longe e que resultam no fortalecimento das estratégias de sobrevivência e resistência.

Compreender que a ancestralidade, assim como interseccionalidade, tradição oral e oralidades são elementos que compõem as cosmovisões das mulheres negras é fundamental para propor um deslocamento na escrita da história. Neste viés, segundo Antonacci (2013), ao considerarmos isso, reconhecemos “[...] a vocalidade, memória, territórios de subjetividades e performances corporais, que inclusive tornam-se questões emergentes e problematizadora da escrita da história” (ANTONACCI, 2013, p. 36). Portanto, é pertinente pensar que o cenário que invisibiliza o protagonismo das mulheres negras na escrita da história pode ser alterado ao reconhecermos estas especificidades. Inclusive, mesmo diante do racismo estrutural e do epistemicídio, estes sujeitos estão resistindo. Um exemplo disso é o carnaval. O conceito de resistir é entendido através do “[...] corpo como instrumento de resistência sociocultural e como agente emancipador da escravidão. Seja pela religiosidade, pela dança, pela luta, pela expressão, pois a via corporal foi o percurso adotado para o combate, resistência e construção da identidade.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 152).

O carnaval foi considerado um universo cultural de resistência permeado por culturas que se constituem por práticas de matrizes africanas vivenciadas no Brasil. Os aspectos culturais

e sociais se disseminam por meio da música, danças, cantos e das memórias ancoradas em corpos negros. O carnaval, portanto, envolve foliões e é visto por Chias (2007 apud SOUSA; SANTOS; LIMA, 2017, p. 1) como uma das melhores formas de estudar os anseios individuais e grupais, pois existe uma diversidade de pessoas que compõe a festividade.

Portanto, o carnaval envolve dedicação. “Os atores sociais são corpos vivos, seus gestos, movimentos, performances e interações espaciais, associados a regimes de energia e simbologia, resultaram em ‘arquivos de memória’ e instrumentos de conhecimento.” (ANTONACCI, 2013, p. 248). Nesse sentido, as sujeitas sociais deste artigo são as mulheres negras. Nesse caso, elas estão em diáspora, então durante suas trajetórias de vida a “melhor forma de transmissão era a oral, que carrega consigo as emoções, o gestual, as expressões corporais sendo estes elementos indispensáveis no ato de falar” (ALVES; BASTOS FILHO, 2017, p. 58).

Outra questão pertinente de apontar e que está vinculada à forma de resistir é a luta antirracista que impulsiona as trajetórias de vidas das mulheres negras citadas neste artigo, inclusive o próprio carnaval foi utilizado para reivindicar seus direitos. Ao ler a obra de Djamila Ribeiro intitulada *Pequeno Manual Antirracista* (2019), é possível observar que as mulheres negras realizavam estas práticas desde o início de suas atuações, por exemplo, tinham ações que revelavam os racismos que sofriam. A intenção era romper com a farsa da democracia racial. Isso proporcionava que pessoas brancas sentissem a necessidade de deslocamentos, reconhecendo a branquitude, isto é, atrelada aos seus privilégios, reconhecendo que a ausência de pessoas negras não deve ser algo natural, representatividade é importante.

As mulheres negras, ao focar numa luta antirracista também apoiaram, e ainda apoiam, as políticas educacionais afirmativas, compreendendo que as pessoas não partem da mesma conjuntura, além de considerar as intersecções de múltiplas formas de opressão. Para isso, elas buscaram muitas leituras produzidas por e sobre a população negra, no caso da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB), por exemplo, os escritos de Antonieta de Barros foram imprescindíveis para suas formações. Estes proporcionavam também um rompimento com o epistemicídio, buscando a não invisibilização na produção de conhecimento, pois enfatizam que a educação é transformadora. A partir dela é possível combater todas as discriminações.

Por fim, atrelada a isso, está a perspectiva de decolonialidade, uma proposta epistemológica, um rompimento de uma desumanização, que procura um deslocamento geopolítico considerando as lutas de sobrevivência de povos historicamente subalternizados,

sinalizando para a reinvenção de outros modos de viver, de poder, pensar e de saber. É um posicionamento político, epistemológico e acadêmico repensar os conceitos e categorias que utilizamos, além de considerar os lócus de enunciação. Portanto, escrever histórias em outras perspectivas é propor este deslocamento, buscando uma sociedade mais equânime. Diante destas considerações, é fundamental reconhecer a importância de histórias e memórias de mulheres negras em Florianópolis, pois mesmo diante de todas as violências de colonialidade do poder, do saber e de gênero, elas atuam na construção de universos culturais, sociais e políticos da cidade, e permanecem resistindo e sobrevivendo.

Referências bibliográficas

ABIB, Sara Abreu da Mata; MACHADO, Pedro Rodolpho Jungers. Corpo, ancestralidade e africanidade: por uma educação libertadora no jogo da capoeira angola. *Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, Brasil, v. 4, n. 2, p. 1-16, nov. 2011.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Brasil: Pólen, 2019.

ALVES, Eudaldo Francisco dos Santos; BASTOS FILHO Janaína. A tradição oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra. *ABPN*, Brasil, v. 9, n. 1, p. 50-76, dez. 2017.

AMARAL, Tamelusa Ceccato do; RASCHE, Karla Leandro. As populações de origem africana em Santa Catarina. In: RASCHE, Karla Leandro; CARDOSO, Paulino (Orgs.). *Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana*. Florianópolis: Diosc, 2014. p. 198-215.

ANTONACCI, Antonieta Martines. *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2013.

ANTONACCI, A. M. África/Brasil: Corpos, Tempos e Histórias Silenciadas. *Tempo e Argumento*, v. 1, p. 46-67, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. *Portal Geledés*, 4 set. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 29 set. 2020.

CARVALHO, Carol Lima de. *Trajetórias de mulheres negras em Florianópolis: transmitindo entre oralidades e letramentos*. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata (Orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2020.

DAMASCENO, Daniela dos Santos. Tradição oral, memória e narrativa: considerações sobre o velho Kaitamba em Os Estandartes (1995), de Aline França. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 15., 2019, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2019. p. 1-11.

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. In: EVARISTO, Conceição. *Poemas da Recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 24-26.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.) *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 1982. p. 167-212.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: Carnaval e Persistência da Performance Estética Africana na Diáspora. *Projeto História*, São Paulo, v. 44, p.273-293, 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Brasil: Cobogó, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 29 nov. 2020.

LEMONS, Rosália. A carnaval Axé-nkenda e a Marcha das Mulheres Negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra. *Gênero*, Niterói, v. 16, n. 2, p. 91-109, 2016.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. São Paulo: Antígona, 2014.

MIRANDA, Débora Brasil. *Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar*. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MOSCATELI, Renato. Um redescobrimto historiográfico do Brasil. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 187-201, 2000.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. 1. ed. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, José Luiz de. Pequena história do Carnaval carioca: de suas origens aos dias atuais. *Encontros*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 61-85, 2012.

PEREIRA, Eduardo Guilherme Barros *et al.* O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas de emancipação. *Em favor de igualdade racial*, Rio Branco, v. 3, n. 1, p. 118-132, jan. 2020.

PINHEIRO, Julia Alves. “*Eu organizo o movimento, eu oriento o carnaval*”: o feminismo das mulheres rodadas no carnaval de rua do Rio de Janeiro. 2017. 63 f. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RASCHE, Karla Leandro. Diáspora e Cultura: contribuições de Stuart Hall à pesquisa sobre agremiações afrodescendentes em Florianópolis (1920-1950). *Projeto História*, São Paulo, n. 56, p. 422-436, ago. 2016.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. 111 p.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 135 p.

SOUSA, Wallace Hygor Pereira; SANTOS, Ana Beatriz Freitas dos; LIMA, Terezinha de Jesus Campos de. Narrativas memorialísticas do carnaval de rua maranhense: oito décadas s de Fuzileiros da Fuzarca pela voz de seus velhos em tempo presente. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, 11., 2017, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. p. 1-11. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493991929_ARQUIVO_WALLACEHYGOR_ArtigoABHO2017.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

TRAMONTE, Cristiane. Muito além do desfile carnavalesco: escolas de samba e turismo educativo no Brasil. *Pasos*, San Cristóban de La Laguna, v. 1, n. 1, p. 85-96, 2003.

* * *

Sobre a autora:

Carol Lima de Carvalho: Doutoranda em História do Tempo Presente, linha de pesquisa Políticas de Memória e Narrativas Históricas na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2019). Graduação no curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2016). Vinculada ao AYA -Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Mortari. Professora de História da Rede Municipal de Florianópolis. Vice- Presidente da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB). Pesquisadora associada ao Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO) da PUC/SP. Conselheira no Conselho Estadual das Populações Afro descendentes de Santa Catarina (CEPA/SC). Uma das integrantes da coordenação da Marcha de Mulheres Negras em Santa Catarina (2015); Atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil, Ensino de História da África e História de Mulheres Negras.

Artigo recebido para publicação em: 01 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 01 de dezembro de 2020.

Como citar:

CARVALHO, Carol Lima de. As mulheres negras na escrita da história do carnaval em Florianópolis: trajetórias e epistemologias plurais. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, n.º. 20, 2020. pp. 11-31. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.54980.

